

OS TRATADOS DE SÈVRES E DE LAUSANNE E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O CÁUCASO DO SUL

Jorge Luiz Pereira Ferrer¹

Resumo:

A Revolução Bolchevique e o fim do conflito entre o Império Otomano e os Aliados proporcionaram a criação de movimentos de independência dos povos da região do Cáucaso do Sul. Armênios, georgianos e azerbaijanos, aproveitando a instabilidade política e militar de russos e otomanos, criaram suas respectivas repúblicas, na esperança que fossem apoiados pelos representantes da nova Sociedade das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes. Com a recusa dos políticos estadunidenses de ratificarem o tratado, a liberdade dos povos do Cáucaso teve uma breve duração. O Movimento Nacional Turco, contrário ao Tratado de Sèvres, se rebelou contra o governo estabelecido do Império Otomano e restabeleceu relações diplomáticas com os bolcheviques. O Tratado de Kars foi firmado, determinando as fronteiras atuais da Turquia e os Estados do Cáucaso do Sul. Diante desse fato, a Sociedade das Nações, sem qualquer poder de coerção, acaba aprovando o Tratado de Lausanne, sepultando, definitivamente, a tentativa de independência dos povos caucasianos do sul.

Palavras-chave: Bolchevique; Cáucaso do Sul; Tratado de Sèvres; Tratado de Lausanne e República.

Abstract:

The Bolshevik Revolution and the end of the conflict between the Ottoman Empire and the Allies led to the creation of independent movements for the people of the South Caucasus Region. Armenians, Georgians and Azerbaijanis, taking advantage of the political and military instability of Russians and Ottomans, created their respective republics, in the hope that they would be supported by the League of Nations, established by the Treaty of Versailles. With the refusal of North-American politicians to ratify the treaty, the freedom of the Caucasian people had a short-lived duration. The Turkish National Movement, contrary to the Treaty of Sèvres, rebelled against the established government of the Ottoman Empire and reestablished diplomatic relationship with the Bolsheviks. The Treaty of Kars was concluded, determining the present borders of Turkey and of the states of the South Caucasus. In the face of this fact, the League of Nations, without any coercive power, approved the Treaty of Lausanne, finally burying the attempt of independence of the southern Caucasian people.

Keywords: Bolshevik, South Caucasus, Treaty of Sèvres, Treaty of Lausanne and Republic.

1. Doutor em História Comparada, pesquisador do Grupo de Pesquisa de Política Internacional e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: [Jorge Luiz Pereira Ferrer <jferrer@globocom.com>](mailto:jferrer@globocom.com)

1. Introdução:

A queda do Czar Nicolau II foi provocada pela revolução russa de fevereiro de 1917 (calendário russo)¹, ocasionando o surgimento de um governo “liberal” provisório, que diante de tantas adversidades, não foi capaz de cooptar a sociedade russa para as mudanças que se faziam necessárias. A insatisfação popular diante da guerra, da miséria, da opressão czarista, da falta de víveres e do aumento na convocação de camponeses, para repor as graves perdas do Exército Russo, gerou uma grande onda de protestos que teve o apoio tanto de liberais (proprietários e profissionais liberais), quanto da classe trabalhadora e dos camponeses. Porém, as divergências existentes entre eles começaram a minar a fraca representatividade do novo governo surgindo dois polos antagônicos - a Duma² e o Soviete³ de Petrogrado (São Petersburgo) (PRIESTLAND, 2012, p. 114-115). Na disputa pelo poder o Soviete que tinha o apoio dos trabalhadores, dos soldados e da polícia acabou por derrubar o Governo Provisório que se ressentia de legitimidade entre a população menos favorecida da Rússia, principalmente entre os camponeses.

Os Bolcheviques⁴, a ala mais radical do Soviete de Petrogrado, aplicaram um golpe contra o Governo Provisório, cercando a cidade, destituindo e prendendo seus principais líderes, porém, o Primeiro-Ministro Alexander Kerensky conseguiu escapar e se exilou nos EUA (BROWN, 2011, p. 74-75). Após a tomada do poder, uma constituinte foi promulgada e rejeitada (05/01/1918) pelos Bolcheviques que instauraram uma ditadura, que defendia seus próprios interesses em detrimento de toda a população russa. Diante desse fato consumado, houve em muitos lugares insurreições que acabaram culminando com surgimento de uma guerra civil. Para se preocupar, somente com seus problemas internos os Bolcheviques assinaram um tratado de paz (em Brest Litovsk – 03/03/1918) com a Alemanha, entregando as terras da Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, partes da Bielorrússia e da Ucrânia e a Anatólia Oriental no Cáucaso do Sul. O território cedido retinha cerca de 30% da população russa, uma área bastante extensa de terras aráveis e, praticamente, toda a produção de carvão e petróleo do país (GILBERT, 2016, 126-127). No Cáucaso, em função do vácuo deixado pela retirada das tropas russas e da debilidade dos contingentes otomanos na região, surgiram movimentos de independência que culminaram com a criação das Repúblicas da Armênia, Geórgia e Azerbaijão.

2. Criação das Repúblicas Democráticas do Cáucaso:

Em 1918, o Império Otomano estava debilitado e em frangalhos, sendo derrotado em todas as frentes de batalha, com perdas significativas de seu território, principalmente no Oriente Médio (MACMILLAN, 2014 p. 410). Suas perdas militares eram na ordem de 2,5 milhões de homens), com grave recessão econômica e falta de alimentos para toda a sua população (KERSHAW, 2016, p. 106). O fim das hostilidades não terminou, mas amenizou a catástrofe que se transformou seu império. O Armistício de Mudros (30/10/1918) determinava

1. No calendário gregoriano (ocidental) a revolução foi realizada em março (08 a 16/03) de 1917.
2. A Duma era um conselho legislativo (Câmara Baixa) que procurava satisfazer as necessidades do povo.
3. Conselho da classe operária que realizava a autogestão (democracia direta).
4. Bolcheviques achavam que a única forma dos trabalhadores e camponeses terem representatividade era através de uma Ditadura do Proletariado.

que as forças militares otomanas fossem desmobilizadas, com os postos de telégrafos, portos, ferrovias e os estreitos (de Dardanelos e Bósforo) controlados pelos aliados (MACMILLAN, 2014, p. 412). Constantinopla foi ocupada por militares franceses e britânicos (12-13/11/1918) que permaneceram na cidade até a assinatura do Tratado de Lausanne (24/07/1923). Os últimos destacamentos estrangeiros deixaram a cidade dois meses após a assinatura do tratado, permitindo a entrada das tropas turcas (06/10/1923), poucos dias antes da proclamação da República (29/10/1923) e o fim do califado, em março de 1924, terminava, definitivamente, qualquer relação com o sistema imperial.

No Cáucaso, os antigos súditos começaram a estabelecer repúblicas (KERSHAW, 2016, p. 138) baseadas no princípio da autodeterminação dos povos, preconizado e incentivado pelo Presidente Norte-americano Woodrow Wilson (MACMILLAN, 2014 p. 410). A República Democrática da Armênia, aproveitando a instabilidade política e militar do Império Otomano, foi instituída em maio de 1918. Em virtude dessa posição de independência, surgiram conflitos entre tropas armênias e otomanas na região, que foram encerrados com o Tratado de Batum (04/06/1918) e o armistício de Mudros (ver acima). A existência de uma Armênia independente foi efêmera, durando apenas dois anos (29/11/1920) com a reocupação da região por tropas do Exército Vermelho Soviético. Quanto à República Democrática da Geórgia, fundada em maio de 1918, sua autonomia também foi passageira, primeiro sob a tutela germânica e otomana até o fim da Primeira Guerra Mundial e, depois de um breve período de independência foi anexada a Rússia Soviética (25/02/1921) por não aceitar uma coalizão com os soviéticos para expulsar os remanescentes dos Exércitos Brancos na região do Cáucaso. Por fim, a República Democrática do Azerbaijão (28/05/1918) teve o mesmo desfecho, durou apenas dois anos e acabou invadida (1920) e anexada pelos soviéticos (1922).

3. Tratado de Sèvres e suas consequências:

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Paris receberia os principais líderes mundiais para a formulação de uma paz duradoura e a criação de um órgão capaz de arbitrar as disputas políticas e territoriais entre os países (Sociedade das Nações). Foram produzidos cinco Tratados de Paz independentes, que devido a sua complexidade histórica, acabaram não satisfazendo os vencedores e, principalmente, os vencidos. Esses Tratados de Paz seriam:

- 1)- Tratado de Versalhes (28/06/1919) com a Alemanha;
- 2)- Tratado de Saint-Germain-em-Laye (10/09/1919) com a Áustria;
- 3)- Tratado de Neuilly-sur-Seine (27/11/1919) com a Bulgária;
- 4)- Tratado de Trianon (04/06/1920) com a Hungria;
- 5)- Tratado de Sèvres (10/08/1920) com a Turquia (STEVENSON, 2016, p. 566-567).

Todos esses tratados não foram ratificados pelos EUA, porque o Senado Norte-americano, com a maioria dos seus membros composta de Republicanos, vetou a participação do país na Sociedade das Nações, enfraquecendo a instituição e a aplicação dos tratados em epígrafe.

Foi uma grande derrota para o Presidente Democrata Wilson.

O Grupo dos Quatro, representados pela França (Georges Clemenceau), Grã-Bretanha (Lloyd George), EUA (Woodrow Wilson) e Itália (Vittorio Emanuele Orlando), seriam os principais legisladores na Conferência de Paz de Paris (MACMILLAN, 2014, p.65). Durante os trabalhos eles deixaram que seus antagonismos e suas pretensões territoriais e políticas sobrepussem as melhores intenções para uma paz duradoura e eficaz. A Rússia foi excluída da mesa de negociações, apesar dos seus esforços para derrotar os alemães na maior parte da guerra (STEVENSON, 2016, p. 569). O Tratado de Brest-Litovsk assinado em separado com as Potências Centrais e o medo dos Bolcheviques, afastaram os aliados ocidentais dos russos, culminando com o apoio que eles deram aos Exércitos Brancos contra o Exército Vermelho. O Japão demonstrou que seus interesses locais eram mais importantes do que a conjunção mundial (IBIDEM, p.571). A Itália, com a única intenção de conseguir a maior quantidade de espólios territoriais que pudesse extrair dos vencidos, alegava que nas cláusulas do Tratado de Londres (1915) (MACMILLAN, 2014, p. 477), tinha direito a adquirir uma área territorial razoável da Áustria e de uma Turquia dividida (STEVENSON, 2016 p. 573.574). Por fim, Grã-Bretanha e França estavam mais preocupadas em expandir suas colônias com territórios conquistados durante o conflito e, os EUA, descontentes com os caminhos que a Conferência de Paz percorria, acabaram se isolando dos problemas do velho mundo. A paz teria um intervalo de vinte anos.

O Tratado de Sèvres (10/08/1920) nunca recebeu uma avaliação acurada pelos representantes aliados e sequer foi ratificado por eles (IBIDEM, p. 567). Os artigos eram draconianos (GILBERT, 2016, p. 147-148).

1)- Imposição de um exército limitado a 50 mil homens. A Marinha ficaria com sete navios de guerra e o país não poderia ter aviões;

2)- Sua economia e seus principais canais de navegação ficariam sob controle dos aliados;

3)- As perdas territoriais seriam:

SÍRIA para a França; MESOPOTÂMIA (Iraque e Kuwait) e a PALESTINA para a Grã-Bretanha; Ilhas do DODECANESO para a Itália; TRÁCIA e a região de ESMIRNA (inicialmente ocupada pelos gregos e após cinco anos, mediante um plebiscito, sua incorporação definitiva) para a Grécia; ANATÓLIA CENTRAL para os Curdos; ARMÊNIA OTOMANA (ERZURUM, BITLIS, SIVAS E VAN), a Província de TREBIZONDA com acesso ao Mar Negro para a Armênia (Armênia Wilsoniana)⁵. Essa redistribuição de províncias acabava com a presença otomana na Europa.

Mapa 1: Tratado de Sèvres, 1920:

5. Todos esses territórios cedidos para a futura República Armênia foram uma proposta do Presidente Norte-americano Wilson.



Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Vertrag_sevres_otoman_ES.svg>. Acesso em: 30/03/2019.

Esse tratado gerou uma série de protestos por parte de dissidentes turcos que não aceitavam essa perda substancial de territórios, principalmente o europeu. Uma insurgência (Movimento Nacional Turco) se iniciou na região da Anatólia (Ankara) sob o comando de Mustafá Kemal Atatürk, um herói da campanha de Galípoli, em oposição ao Sultão Mehmed VI (STEVENSON p. 589-590). Após recusar o Tratado de Sèvres, Kemal se aproximou dos bolcheviques (Lenin) e assinou o Tratado de Moscou (03/1921), restabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países. Esse acordo seria ratificado e ampliado, posteriormente, em Kars (10/1921), onde seriam definidas as fronteiras entre a Turquia e os Estados do Cáucaso do Sul (Armênia, Geórgia e Azerbaijão), que haviam sido incorporados a Rússia Bolchevique no ano anterior (GILBERT, 2016, p. 149). Mustafá Kemal montou um exército de libertação, atacando inicialmente os gregos, para expulsá-los do território turco (IBIDEM, p.163-164). No porto de Esmirna as tropas de Kemal em uma atitude insana, incendiaram e saquearam os bairros de população grega e armênia, executando milhares deles⁶.

Depois investiu contra as tropas aliadas (França e Itália) e, diante de um impasse em Chanak contra os britânicos acabou aceitando um acordo que foi discutido na cidade de Mudania (10/1922) (IBIDEM, p. 165). A Convenção de Mudania (11/10/1922) determinava que a Trácia Oriental, sob administração aliada seria devolvida em breve para os turcos. Franceses e italianos já não tinham grandes interesses na região e com a intenção de minar as pretensões britânicas forçaram um acordo com Kemal. A Grã-Bretanha, temendo uma coalisção entre turcos e soviéticos, aceitou rever o Tratado de Sèvres, promovendo um acordo mais favorável com Kemal. Fortalecido politicamente, Kemal sentaria com os aliados na cidade suíça de Lausanne para definir um novo acordo que colocasse seu país em um patamar mais igualitário com os vencedores da Primeira Guerra Mundial. Com a implantação de um regime republicano no país (11/1923), Kemal se tornou o primeiro Presidente da República Turca (IBIDEM, p. 166). Entre

6. Ver MACMILLAN. pp.503-504; GILBERT, p.164; KERSHAW, p. 120.

as muitas reformas executadas por ele podemos destacar: substituição do alfabeto árabe pelo latino; igualdade de direitos civis entre homens e mulheres; extinção da poligamia e a adoção do calendário ocidental (gregoriano). Porém a maior transformação que realizou foi a criação de uma sociedade laica, separando a religião muçulmana do Estado (IBIDEM, 177-178).

4. Tratado de Lausanne:

Na mesa de trabalhos em Lausanne, os signatários se encontravam em uma posição bastante peculiar. Enquanto os aliados, representando a Sociedade das Nações, não tinham uma força militar de persuasão (exército) para fazer valer suas posições mais importantes, a Turquia possuía uma e já havia conquistado boa parte da área territorial em discussão⁷. Apesar dessa discrepância, as discussões foram cordiais, com a exceção da região de Mosul. Os britânicos estavam interessados nas jazidas petrolíferas da região e não aceitavam cedê-la para os turcos, que alegavam que os curdos eram turcos. Depois de muita discussão, que quase levou ao rompimento das conversações, a região foi arbitrada pelo Sociedade das Nações que determinou que ela fosse incorporada ao Iraque em 1925. O representante turco, General İnönü Ismet, seria recebido como herói nacional ao retornar da conferência, com a população turca considerando que ele havia conseguido uma grande vitória no campo das relações diplomáticas do país. Ismet se tornaria o segundo Presidente da Turquia com a morte de Kemal Atatürk em 1938.

O Tratado de Lausanne definiria as fronteiras atuais da Turquia e o reconhecimento da sociedade internacional ao governo de Kemal Atatürk. Os aliados foram representados pela Grã-Bretanha, França, Itália, Japão, Grécia e Romênia. As principais cláusulas foram:

- 1)- Tornar legítimo o governo de Kemal Atatürk (futura república), sediado em Ancara;
- 2)- Determinar os limites da Turquia, compreendendo a Anatólia (ocidental e oriental) e a Trácia Europeia (oriental). Os territórios árabes seriam cedidos pelos turcos, a Ilha de Chipre cedida aos ingleses e o Dodecaneso aos italianos;
- 3)- Permitir a criação das Forças Armadas da Turquia (Exército, Marinha e Aeronáutica);
- 4)- Terminar com o controle financeiro da economia turca;
- 5)- Extinguir a autonomia (independência) da Armênia e do Curdistão;
- 6)- Abrir definitivamente a navegação comercial dos estreitos dos Dardanelos e do Bósforo;
- 7)- Assentar populações gregas e turcas dentro dos novos limites fronteiriços (cerca de 1,5 milhões de gregos e 400 mil muçulmanos).

Estava terminado, definitivamente, o sonho de independência de curdos e armênios.

Mapa 2: Tratado de Lausanne (1923)

7. Ver MACMILLAN, pp.306-308; STEVENSON, p. 590.



Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne#/media/File:Turkey-Greece-Bulgaria_on_Treaty_of_Lausanne.png> acesso em 30/03/2019

5. Considerações Finais:

Os povos do Cáucaso do Sul (armênios, curdos, georgianos e azerbaijanos) foram os grandes perdedores dos acordos de paz realizados depois da Primeira Guerra Mundial. Diante da fraqueza dos russos e otomanos (MACMILLAN, 2014, p. 494) nos dois anos finais da guerra, movimentos de independência (IBIDEM, p.410) surgiram na esperança que os conferencistas em Paris, pudessem apoiá-los e ratificassem suas liberdades, baseados nos pontos preconizados pelo Presidente Norte-Americano Wilson (autodeterminação dos povos). Era cristalina a simpatia que Wilson depositava na causa armênia e, nas primeiras tratativas, procurou beneficiá-los com territórios tirados do Império Otomano (Armênia Wilsoniana), assegurando que fossem inseridos no Tratado de Sèvres. Mas como viria acontecer mais tarde, a recusa dos EUA em participarem da Sociedade das Nações, o tratado não seria ratificado, tornando nula a posição de Wilson.

Diante da insurreição de Kemal Atatürk (Movimento Nacional Turco) à Sèvres, os dias de liberdade dos países do Cáucaso do Sul estavam contados. Bolcheviques e turcos fortalecidos pelas mudanças políticas ocorridas em seus países (IBIDEM, p. 495), acabaram com o sonho libertário na região. Britânicos e franceses tinham desviado seus interesses para o Oriente Médio e os EUA, desmotivados pelo que acontecia na Europa, voltaram a adotar a política isolacionista de antes da guerra (IBIDEM, p. 496). Aos poucos os países do Cáucaso do Sul foram sendo extintos. O Azerbaijão, a Geórgia e parte da Armênia seriam anexados a Rússia Bolchevique com o restante da Armênia e porções do Curdistão incorporados ao território turco (Tratado de Lausanne) (IBIDEM, p. 502), apesar dos protestos feitos por ambos os países à Sociedade das Nações e aos EUA. É importante assinalar que os norte-americanos nunca declararam guerra ao Império Otomano.

Talvez a grande ausência sentida na Conferência de Paz em Paris, tenha sido a inclusão de uma política severa na apuração e punição das atrocidades cometidas pelo Império Otomano. Os massacres e assassinatos realizados pelo Exército Otomano foram totalmente negligenciados na discussão entre as grandes potências. A decisão inicial foi que os territórios árabes otomanos (Síria, Mesopotâmia, Palestina e Arábia), onde tais atos bárbaros aconteceram fossem confiscados (IBIDEM, p. 494). Haveria perdas na Armênia e no Curdistão pelas mesmas circunstâncias. Devemos salientar, que os norte-americanos eram os que mais se preocuparam com a situação dos armênios e fundos foram criados nos EUA para auxiliá-los (IBIDEM, p. 419). Wilson se mostrou magnânimo com os armênios e refratário com os curdos. Estima-se que a população armênia tenha perdido entre 300 mil a 1,5 milhão de pessoas chacinadas (IBIDEM, p. 423).

É interessante ressaltar, que a Grã-Bretanha tinha total conhecimento desse barbarismo praticado pelos turcos, inclusive contra seus soldados feitos prisioneiros em Galípoli. Após o término da guerra, conselhos disciplinares puniram militares subalternos otomanos e três deles foram enforcados (FISK, 2007, p.562). Entretanto, os principais responsáveis nunca foram punidos, principalmente pelos atos cometidos contra os armênios. Uma luta que perdura até hoje pela comunidade armênia de todo o mundo. Com a desmobilização de seus contingentes bélicos, britânicos e franceses se preocuparam mais com a aquisição do espólio otomano no Oriente Médio e acabaram esquecendo esses atos abomináveis. Outra preocupação foi a possibilidade de Lenin e Kemal se aliassem e agissem contra seus interesses territoriais na região ou em seu entorno.

Concluimos, que a Armênia Wilsoniana foi se esfacelando, na medida em que os aliados voltaram suas atenções para outras zonas de interesse e o Senado Norte-americano se negou a participar da Sociedade das Nações e, em consequência ratificar os tratados de paz. A batalha estava perdida com o fim de um sonho de liberdade. Como diria Churchill em 1933: “Depois do Tratado de Lausanne, a história procurará em vão pela palavra “Armênia”” (IBIDEM, p.465).

6. Mapas:

TRATADO DE SÈVRES. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Vertrag_sevres_otoman_ES.svg>. Acesso em 30/03/2019.

TRATADO DE LAUSANNE. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne#/media/File:Turkey-Greece-Bulgaria_on_Treaty_of_Lausanne.png>. Acesso em 30/03/2019.

7. Bibliografia:

BROWN, Archie. **Ascensão e Queda do Comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FISK, Robert. **A Grande Guerra pela Civilização – A Conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Planeta, 2007

GILBERT, Martin. **A História do Século XX**. São Paulo: Planeta, 2016.

KERSHAW, Ian. **De Volta do Inferno – Europa, 194-1949**. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

MACMILLAN, Margaret. **Paz em Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

PRIESTLAND, David. **A Bandeira Vermelha: uma história do Comunismo**. São Paulo: Leya, 2012.

STEVENSON, David. **1914-1918 – A História da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Novo Século, 2016.

8. Documentos:

TRATADO DE SÈVRES. Disponível em: treaties.fco.gov.uk/docs/pdf/1920/TS0011.pdf (em inglês). Acesso em 16/09/2017.

TRATADO DE LAUSANNE. Disponível em: treaties.fco.gov.uk/docs/pdf/1923/TS0016-1.pdf (em inglês). Acesso em: 16/09/2017.